

## **PERMANÊNCIA E CRISE DA IDEOLOGIA DE SEGURANÇA NACIONAL ENTRE OS MILITARES NO GOVERNO SARNEY**

**Luís Felipe Miguel\***

O regime militar brasileiro (1964-1985) converteu em ideologia oficial a chamada “doutrina da segurança nacional” – na versão específica que a Escola Superior de Guerra brasileira condensara nos anos 50 e 60. Além da idéia de inimigo interno, que voltava as forças armadas para o combate aos “comunistas infiltrados” no próprio país, e que era o traço característico da ideologia da segurança nacional em toda a América Latina e nos Estados Unidos, a ESG enfatizava a necessidade de ação estatal para promover o progresso, um elemento autóctone, herdado dos pensadores autoritários da Primeira República, como Alberto Torres e Oliveira Vianna (Miguel, 1999). O lema da Escola já sintetizava: “Segurança e Desenvolvimento”. Nos discursos dos próceres do regime ou nas cartilhas de educação moral e cívica, a doutrina da ESG imperou durante os 21 anos do regime militar.

Era uma doutrina que legitimava fortemente a intervenção militar na vida política, fosse para combater o comunismo (coisa que as instituições democráticas seriam incapazes de fazer), fosse para alavancar o desenvolvimento nacional. Portanto, era de se esperar que, com o retorno do poder aos civis, ela ficasse em xeque. De fato, para muitos autores, a transição democrática marcou o ocaso da doutrina da ESG. Foram duas as principais vertentes explicativas: o “choque das Malvinas” e o “novíssimo profissionalismo”, vinculado à indústria bélica, das forças armadas no Brasil. Ambas têm em comum o pressuposto de que a ênfase no inimigo interno e no desenvolvimento nacional era devida ao “desemprego estrutural” dos militares brasileiros (Coelho, 1976). Isto é, num país com fronteiras

---

\* Professor do Depto. de Ciência Política da Universidade de Brasília. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

consolidadas e sem nenhum conflito externo à vista, as forças armadas se sentiam sem ter o que fazer e, por isso, intervinham na política civil.

Segundo a teoria do “choque das Malvinas”, o conflito anglo-argentino de 1982 desempenhou um papel didático, alertando os militares latino-americanos para a necessidade de revalorização do profissionalismo tradicional, voltado à defesa externa. A hipótese foi defendida por Barros e Kramer (1988) e Ferreira (1988), entre outros.

Os argumentos podem ser sintetizados em três pontos. Primeiro, a guerra pelas ilhas do Atlântico demonstraria que jamais está descartada integralmente a eventualidade de um conflito externo – e que, portanto, voltando ao exercício de suas tarefas estritamente profissionais os militares não se achariam, necessariamente, na situação de “desemprego estrutural”:

*O “caso Malvinas” deveria estar sempre presente, ensinando que nunca haverá segurança absoluta de que um Estado vizinho não desejará resolver pelas armas antigos problemas de fronteiras, já decididos por laudos arbitrais, mas cuja permanência na memória coletiva de alguns grupos políticos deveria servir de motivo de constante preocupação para a diplomacia brasileira (Ferreira, 1988: 117).*

Segundo, a guerra das Malvinas/Falklands teria evidenciado que o guarda-chuva protetor dos Estados Unidos não funciona, principalmente porque a agressão externa não parte necessariamente, como então se supunha, do bloco soviético (embora, no exemplo dado, a iniciativa de romper o *status quo* tenha partido da Argentina, sendo problemático falar em agressão externa). Entre a OTAN e a OEA, a lealdade de Washington fica com a primeira. Portanto, cabe aos militares latino-americanos, e a ninguém mais, defender a soberania de seus países. A constatação desta realidade implicaria a revogação de um ponto chave da doutrina da ESG: a preeminência absoluta do conflito Leste-Oeste.

Finalmente, o conflito das ilhas Malvinas/Falklands teria mostrado que militares ocupados com problemas políticos internos (como os argentinos) são incompetentes no desempenho de suas missões estritamente profissionais (Horowitz, 1984). É um argumento que possui vida própria e que, muitas vezes, é referido sem menção às Malvinas: as forças armadas tomaram consciência de que o poder as desgasta, mina sua unidade interna e torna-se um obstáculo para

o exercício de suas tarefas de defesa externa. Esta era, na verdade, uma nova roupagem para uma velha teoria dos estudiosos das relações civis-militares (Finer, 1988: 173-9).

Se o exemplo das Malvinas recolocaria a missão tradicional de defesa externa no centro das preocupações das forças armadas, o desenvolvimento da indústria bélica lhes forneceria uma “missão alternativa” – uma espécie de “novíssimo profissionalismo”. Os defensores desta teoria, entre os quais estão Stepan (1987) e o próprio Barros (1988), vêem no incremento da produção armamentista nacional um fator decisivo para o afastamento do militar da política. Mais uma vez, é o “desemprego estrutural” que se procura contornar.

Militares sem inimigos externos plausíveis não estariam mais condenados ao ócio: teriam como nova tarefa a pesquisa, a fabricação e a comercialização de artefatos bélicos. Barros (1986) também assinala o “crescimento potencial substantivo” (?) das oportunidades de trabalho no exterior para oficiais das forças armadas brasileiras, tanto como vendedores de armas de indústrias privadas quanto em missões de treinamento ou como adidos às embaixadas. Além disso, a vivência no competitivo comércio mundial de armamentos obrigaria os militares ao pragmatismo nas relações externas, pois não poderiam se dar ao luxo de perder compradores devido à coloração ideológica.

Três fatos podem ser contrapostos a esta tese, além da grave crise que atingiu a indústria bélica brasileira nos anos 90. Primeiro, como assinalou Góes (1986), a “adequação da indústria bélica às concepções de guerra revolucionária que inspiram a organização militar brasileira”. O Brasil fabricava basicamente armamentos orientados para a contra-insurreição: aviões de baixa velocidade e pequena autonomia, mas de grande mobilidade, ideais para a localização de pequenos grupos guerrilheiros; blindados leves e versáteis, altamente eficazes para ação sobre o relevo brasileiro. Obviamente, nenhum equipamento brasileiro teria chance num confronto com armamentos convencionais sofisticados produzidos pelas grandes potências. Assim, o desenvolvimento da indústria bélica brasileira em nada alterou a posição do país na “divisão internacional do trabalho militar”.

Em segundo lugar, o envolvimento das forças armadas na produção e venda de armamentos ampliava potencialmente seu campo de interesse. Elas passavam a ser diretamente afetadas pela política industrial e científica, que balizavam as possibilidades de pesquisa, desenvolvimento e produção de novos equipamentos. A venda das armas para o exterior era mais um motivo para a participação militar na política externa. A política cambial afetava tanto a produção quanto

a comercialização dos armamentos. “O Brasil não só militariza sua economia, industrializando-se mais com o poder de fogo de suas armas, como também militariza suas relações externas” (Brigagão, 1985: 61).

Por fim, o desenvolvimento do complexo industrial-militar estreitava os laços do bloco historicamente golpista no Brasil: o empresariado e as forças armadas.<sup>1</sup> Desta forma, os efeitos perversos provenientes da expansão da indústria armamentista colocavam em xeque seus eventuais benefícios para a estabilidade política.

Além disso, toda a avaliação sobre o peso da indústria bélica brasileira no final do regime militar foi contestada. Uma circunstanciada pesquisa mostra que os números relativos à produção armamentista nacional foram sistematicamente inflados. Longe dos 5 bilhões de dólares anuais anunciados, sua produção atingiu um máximo de cerca de US\$ 750 milhões em 1987, caindo para menos da metade no ano seguinte (Dagnino, 1989: 7).

Contra ambas as vertentes explicativas, pretendo demonstrar que a doutrina da ESG continuou hegemônica entre as forças armadas brasileiras após a devolução do poder aos civis – embora em crise. Uma análise do discurso militar durante o mandato presidencial de José Sarney (1985-1990) corrobora a hipótese.

### **A revista *A Defesa Nacional***

Fundada em 1913 pelos chamados “jovens turcos”, a revista *A Defesa Nacional* (ADN) foi concebida como um órgão de combate na luta que estes oficiais então travavam pela modernização do exército brasileiro. Na época, ainda influenciado pelo positivismo de Benjamin Constant e outros líderes militares, o exército oferecia a seus oficiais muita formação em filosofia e pouca em estratégia ou logística. Eram os “bacharéis fardados”, que dividiam os comandos com oficiais rústicos e de pouca instrução, às vezes saídos da tropa, em geral apadrinhados de chefes locais. A guarda nacional, verdadeira milícia oligárquica, era melhor armada e treinada do que o exército. Em sua maioria oficiais inferiores que haviam estudado na Alemanha, os “jovens turcos” se batiam por uma completa reestruturação do exército. O grupo foi parcialmente contentado com a reforma militar de 1918, que aboliu a guarda nacional, e com a chegada de uma missão militar francesa, para reorganizar o exército, dois anos depois.

---

<sup>1</sup> Embora Carvalho (1987: 17) prefira falar na salutar criação de “espaços de convivência entre militares e civis que podem resultar na capacitação mútua de uns nos campos dos outros”.

Através da análise da *ADN* ao longo dos anos 1964 a 1990 busco entender as modificações ocorridas no pensamento militar do período. O método predominantemente quantitativo utilizado – identificação da temática dos artigos publicados na revista – decerto não permite mais do que a localização razoavelmente grosseira de grandes tendências, sendo incapaz de perceber os pequenos movimentos, os matizes, as sutilezas. Mas, para o propósito do momento, que é a confrontação com as hipóteses expostas acima, ele é perfeitamente satisfatório.<sup>2</sup>

A *ADN* foi escolhida por seu caráter tradicional, mas também, e sobretudo, por sua ambígua vinculação com o ministério do Exército. Oficialmente, ela era uma publicação autônoma da “Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual A Defesa Nacional”; no entanto, funcionava em prédio do ministério do Exército e era impressa em gráfica oficial. Seu diretor-presidente, que acumulava desde 1977 o cargo de redator-chefe, era a um só tempo “eleito” pelos membros desta cooperativa e indicado pelo ministro do Exército. Assim, a revista possuía simultaneamente o respaldo de uma publicação oficial e a liberdade de ação de uma revista autônoma.

Foram consultados ao todo 1693 artigos e agrupados segundo uma categorização que, embora inspirada no modelo utilizado por Stepan (1980: 159) para estudar a *Revista de la Escuela Superior de Guerra* do Peru, possui diferenças significativas. As categorias estão listadas no *Quadro I*. As categorias III (inimigo interno) e IV (desenvolvimento nacional) apresentam as preocupações típicas da doutrina da ESG: segurança e desenvolvimento. A categoria III, especialmente, concentra a temática do discurso político da Escola Superior de Guerra. As categorias I (profissionalismo militar clássico) e II (valores militares tradicionais), por outro lado, indicam preocupações relacionadas ao “velho profissionalismo” e às missões estritamente profissionais de defesa externa. A categoria V (indústria bélica) apresenta a temática que caracterizaria o “novíssimo profissionalismo” das forças armadas brasileiras.

No período 1964/1989, a *ADN* circulou com periodicidade bimestral, exceção feita ao ano de 1977, quando foi trimestral. Dos 154 números editados no período, porém, só foram localizados 127. As coleções relativas aos anos de 1977 a 1989 (76 edições) estão completas; as amostras também foram satisfatórias (70% ou mais

---

2 Coleções de outras publicações militares, como a *Revista do Exército Brasileiro* e a *Revista da Escola Superior de Guerra*, foram consultadas, embora não quantificadas; seu conteúdo não destoava de *A Defesa Nacional*.

dos números) para os períodos 1964 a 1968 (21 revistas em 30) e 1972 a 1976 (24 em 30). No entanto, a pesquisa ficou comprometida para os anos de 1969 a 1971 (apenas 6 números em 18).

Na leitura dos artigos optou-se por ignorar as notas curtas (colunas “Informações”, “Registros” e “Livros”). Os editoriais, no entanto, foram sempre computados. Em todas as 34 edições da revista entre maio/junho de 1979 e novembro/dezembro de 1984 (números 683 a 716) foram publicadas reportagens sobre o Banco Nacional de Habitação. Por seu evidente teor publicitário, tais matérias também foram ignoradas. Finalmente, da coluna “Destaques da imprensa” só foram consideradas as reproduções de reportagens inteiras – não notas curtas ou trechos.

Quadro 1: Categorias para classificação de artigos da revista *A Defesa Nacional*

**I - PROFISSIONALISMO MILITAR CLÁSSICO.** Estratégia e tática militares convencionais, manejo de armamentos, organização e logística. Educação e treinamento militar. Discussão de conflitos militares contemporâneos sob o enfoque estratégico-tático convencional. Mobilização industrial. Geopolítica tradicional, não envolvendo discussão de fatores de política interna. Táticas de guerrilhas discutidas sob enfoque estritamente militar, sem referências a questões sociais, e guerra psicológica voltada para inimigo externo.

**II - VALORES MILITARES TRADICIONAIS.** Discussão dos valores militares tradicionais (disciplina, liderança, patriotismo). Exaltação a heróis militares. Discussão de conflitos militares não-contemporâneos.

**III - INIMIGO INTERNO.** Diferentes aspectos da guerra subversiva, no país e no exterior. Guerrilhas, desordens civis, agitação, terrorismo. Ação política desestabilizadora e sua ligação com ideologias, partidos e movimentos sociais. Táticas militares e sociais para impedir ou combater tais ações, como reforma agrária, ação cívico-social, guerra psicológica, integração nacional. Anticomunismo e anti-sovietismo. Expansionismo soviético. Geopolítica voltada para questões econômicas, políticas ou sociais internas ou sob o enfoque do “conflito global” Leste-Oeste. Defesa do papel político das forças armadas. Heróis militares tradicionais estudados sob o ângulo da ação anti-subversiva (por exemplo, Caxias como um mestre da guerra psicológica na pacificação do Império).

**IV - DESENVOLVIMENTO NACIONAL.** Inclui os artigos que discutem criticamente e/ou prescrevem políticas públicas globais ou setoriais, embora sem efetuar uma conexão direta com o combate à subversão.

**V - INDÚSTRIA BÉLICA.** Comércio mundial de armamentos. Desenvolvimento da indústria bélica nacional e complexo industrial-militar brasileiro. Pesquisa tecnológica com fins militares.

**VI - GENERALIDADES.** Cultura, curiosidades, efemérides. Artigos que, embora interessando ao desenvolvimento nacional (sobre novas tecnologias, por exemplo), limitam-se ao plano técnico, não discutindo nem propondo a adoção de políticas públicas.

## Os números

A *Tabela 1* apresenta a participação de cada categoria de artigos em *ADN*, ano a ano. A segunda coluna indica o número de revistas pesquisadas sobre o total de revistas publicadas no ano. A terceira coluna dá o número total de artigos consultados.

Quatro evidências surgem da análise dos dados contidos na tabela. A categoria I (profissionalismo militar clássico) mantém-se relativamente estável ao longo dos 26 anos pesquisados, totalizando sempre em torno de 25% dos artigos. Apesar do salto verificado em 1985 (34,8% na categoria I), os anos da “Nova República” não apresentam índices substantivamente diferentes dos do período de regime militar. O período 1982/86 apresenta números superiores à média para a categoria I. É possível que isso se deva ao conflito nas ilhas Malvinas/Falklands. Mas trata-se de um fenômeno passageiro, que *não* corrobora a tese de que a guerra das Malvinas teria reorientado os militares brasileiros para o profissionalismo militar clássico. É necessário observar que dentro da categoria I ocorreram mudanças importantes durante o período. Entre 1967 e 1973, 13 artigos tratavam de guerra subversiva ou guerrilhas (sob o enfoque técnico-militar) e outros sete de operações de guerra na selva. Um reflexo, evidentemente, da ação guerrilheira no país, em especial da guerrilha do Araguaia – fatos sobre os quais não há sequer uma referência direta. Em contrapartida, de 1974 em diante apenas três artigos versam sobre guerrilhas do ponto de vista militar e dois sobre operações na selva. Artigos sobre geopolítica tradicional, por outro lado, quase inexistentes antes de 1977 (apenas um entre 1964 e 1976), tomaram-se numerosos: foram 40 entre 1977 e 1989.

A segunda constatação é que há, em relação à categoria III (inimigo interno), uma nítida mudança de patamar a partir de 1978 – mas em sentido *contrário* ao que se esperaria caso a doutrina da ESG estivesse sendo superada. Até 1977, apesar de muitas oscilações, os artigos englobados nesta categoria somam entre 18 e 20% do total, descendo às vezes até a faixa dos 10% e nunca subindo além dos 22%. De 1978 até 1989 – período que inclui toda a “abertura” política do governo militar e a “Nova República” – eles passam a alcançar em torno de 25% do total, às vezes chegando a mais de 30%.

O período 1978/1981 apresenta índices particularmente elevados, entre 29 e 35%. Número tão alto para a categoria III só se repetiria em 1987 – ano da Assembléia Nacional Constituinte. É

Tabela 1: Artigos em *A Defesa Nacional*, por categorias e ano a ano (1964/1989)

ano	revistas <sup>a</sup>	artigos	I	II	III	IV	V	VI
1964	4/6	41	19,5%	24,4%	22,0%	4,9%	2,4%	26,8%
1965	5/6	68	30,9%	14,7%	13,2%	8,8%	1,5%	30,9%
1966	3/6	53	18,9%	24,5%	17,0%	7,5%	1,9%	30,2%
1967	5/6	93	29,0%	17,2%	18,3%	3,2%	1,1%	31,2%
1968	4/6	73	37,0%	13,7%	17,8%	1,4%	1,4%	28,8%
1969	3/6	68	19,1%	11,8%	22,1%	7,4%	0,0%	39,7%
1970	2/6	48	20,8%	20,8%	10,4%	2,1%	0,0%	45,8%
1971	1/6	24	25,0%	8,3%	16,7%	8,3%	0,0%	41,7%
1972	4/6	72 <sup>b</sup>	20,8%	16,7%	12,5%	9,7%	2,8%	37,5%
1973	6/6	74	18,9%	13,5%	20,3%	12,2%	2,7%	32,4%
1974	4/6	38	23,7%	13,2%	10,5%	7,9%	2,6%	42,1%
1975	5/6	43	32,6%	11,6%	20,9%	2,3%	2,3%	30,2%
1976	5/6	37	24,3%	5,4%	16,2%	8,1%	0,0%	45,9%
1977	4/4	62	25,8%	6,5%	21,0%	16,1%	0,0%	30,6%
1978	6/6	72	25,0%	1,4%	31,9%	20,8%	1,4%	19,4%
1979	6/6	91	29,7%	6,6%	30,8%	15,4%	0,0%	17,6%
1980	6/6	82	21,7%	4,3%	34,8%	22,8%	1,1%	15,2%
1981	6/6	82	25,6%	4,9%	29,3%	22,0%	2,4%	15,9%
1982	6/6	75	30,7%	5,3%	18,7%	9,3%	4,0%	32,0%
1983	6/6	68	32,4%	5,9%	22,1%	10,3%	5,9%	23,5%
1984	6/6	65	26,2%	10,8%	21,5%	6,2%	6,2%	29,2%
1985	6/6	69	34,8%	26,1%	17,4%	1,4%	2,9%	17,4%
1986	6/6	59	30,5%	23,7%	20,3%	3,4%	1,7%	20,3%
1987	6/6	75	21,3%	9,3%	29,3%	16,0%	2,7%	21,3%
1988	6/6	65	26,2%	7,7%	21,5%	10,8%	1,5%	32,3%
1989	6/6	87	20,7%	13,8%	25,3%	12,6%	2,3%	25,3%

<sup>a</sup> O primeiro número indica o total de edições consultadas; o segundo, o total de edições do período.

<sup>b</sup> Falta um artigo (arrancado do exemplar consultado).

necessário observar também que há um crescimento significativo nos índices desta categoria nos anos em que foram escolhidos os novos generais-presidentes - 1966, 1969, 1973 e 1978. Cada um desses anos apresenta um salto entre 4 e 11 pontos percentuais em relação ao ano imediatamente anterior. É possível esboçar a hipótese de que, dado o efeito coesionador que a ideologia exerce sobre o grupo social, ela é reforçada no momento da ocorrência de tensões potencialmente desaglutinadoras.

A terceira observação contradiz a tese de que a fabricação de armamentos surgiria como nova missão profissional das forças armadas. O volume de artigos dedicados à indústria bélica (categoria V) é pouco significativo; a tendência ao crescimento, que parecia consistente, embora pequena, entre 1980 e 1984, não demonstrou fôlego.

Finalmente, os números da categoria VI mostram que a vocação bacharelística das forças armadas brasileiras não se esgotou na Primeira República. As "generalidades" ocupam quase 30% do total de artigos consultados; em 16 dos 26 anos é a categoria mais numerosa.

## Tabelas 2 e 3

A *Tabela 2* reúne as revistas de acordo com os mandatos presidenciais. Torna-se mais claro que a doutrina da ESG ganhou maior espaço durante os dois últimos governos militares, responsáveis pela "distensão" e pela "abertura", e no governo de José Sarney. A categoria III e também a IV trocaram de patamar, ampliando sua participação no total de artigos. São justamente duas categorias que se identificam com a ideologia da ESG. Ao que parece, enquanto o regime se abria, o discurso militar se fechava.

*Tabela 2: Artigos em A Defesa Nacional, por categorias e mandatos presidenciais*

anos	revistas <sup>a</sup>	governo	artigos	I	II	III	IV	V	VI
1964/66	12/18	Castelo	162	24,1%	20,4%	16,7%	7,4%	1,9%	29,6%
1967/69	12/18	Costa e Silva	234	28,6%	14,5%	19,2%	3,8%	0,9%	32,9%
1970/73	13/24	Médici	218 <sup>b</sup>	20,6%	15,6%	15,1%	8,7%	1,8%	38,1%
1974/78	24/28	Geisel	252	26,2%	6,7%	21,8%	12,7%	1,2%	31,3%
1979/84	36/36	Figueiredo	473	27,5%	6,1%	26,8%	15,0%	3,0%	21,6%
1985/89	30/30	Sarney	355	26,2%	15,8%	23,1%	9,3%	2,3%	23,4%

<sup>a</sup> O primeiro número indica o total de edições consultadas; o segundo, o total de edições do período.

<sup>b</sup> Falta um artigo (arrancado do exemplar consultado).

Já é possível observar, na *Tabela 2*, a relação entre as categorias II e III. O total de artigos das duas categorias tende a ficar constante, ou seja, quando uma categoria aumenta seu índice, a outra diminui. O “novo profissionalismo” da segurança interna ganha espaço na revista não às custas do “velho profissionalismo” da defesa externa, que assim pode manter índices estáveis, mas da exaltação aos valores militares tradicionais.

Na *Tabela 2*, os artigos das categorias II e III somam entre 28,5% e 30,7% (Geisel e Médici, respectivamente) e 37,1% e 38,9% (Castelo e Sarney, respectivamente). A relação fica ainda mais evidente na *Tabela 3*, onde as duas categorias sempre somam entre 32% e 36,3%.

A *Tabela 3* agrupa os artigos em períodos razoavelmente homogêneos. Fica mais fácil observar a evolução da categoria III, sempre acompanhada pela categoria IV: um salto em 1978/1981, a volta para os patamares anteriores em 1982/1986 e um novo salto em 1987/1989. São especialmente notáveis os números de 1978/1981, quando as categorias III e IV englobam mais da metade dos artigos publicados. É um período crucial da história recente do Brasil – imediatamente posterior à demissão do general Sylvio Frota do Ministério do Exército (em outubro de 1977), que vai da indicação de Figueiredo como sucessor de Geisel às bombas do Riocentro, passando pelo fim do AI-5, reforma partidária, anistia política e volta dos exilados.

*Tabela 3: Artigos em A Defesa Nacional, por categorias e períodos “homogêneos”*

anos	revistas <sup>a</sup>	artigos	I	II	III	IV	V	VI
1964/77	55/82	794 <sup>b</sup>	25,1%	14,7%	17,3%	7,2%	1,4%	34,4%
1978/81	24/24	337	25,5%	4,5%	31,8%	20,2%	1,2%	16,9%
1982/86	30/30	336	31,0%	14,0%	19,9%	6,3%	4,2%	24,7%
1987/89	18/18	227	22,5%	10,6%	25,6%	13,2%	2,2%	26,0%

<sup>a</sup> O primeiro número indica o total de edições consultadas; o segundo, o total de edições do período.

<sup>b</sup> Falta um artigo (arrancado do exemplar consultado).

Com todos os seus inconvenientes e limitações, o método quantitativo utilizado serviu para mostrar a permanência da ideologia da ESG no discurso militar brasileiro, mesmo após a devolução do poder aos civis. Uma ideologia que, como se viu, motivava as forças armadas para a intervenção na vida política e encarava com severa desconfiança a convivência democrática.

## A permanência do intervencionismo

O importante é assinalar, quando se fala na permanência da doutrina da ESG, que a manutenção deste discurso significa que a devolução do poder aos civis não implicou o reconhecimento da supremacia do poder civil. Tal reconhecimento representaria, sem dúvida, uma condenação do regime militar e, portanto, da ação passada da própria corporação.

Durante o governo Sarney os militares se mostraram especialmente sensíveis a críticas à ditadura implantada em 1964.<sup>3</sup> Manifestaram mágoa pela forma como a "Revolução" era tratada e a imagem que dela ficaria junto à juventude: "A emocionalidade com que se pretende julgá-la no presente tem contribuído para o condicionamento dos jovens à sua percepção sob a ótica deformada do autoritarismo" ("Editorial", *ADN* nº 730, março/abril de 1987, p. 5). No primeiro aniversário do 31 de março sob o governo civil, o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, justificava o golpe de 1964 como a reação da sociedade brasileira contra "grupos minoritários, movidos por idéias e interesses não compatíveis com o sentimento patriótico e liberal que identifica a formação cultural do nosso povo".<sup>4</sup>

A recusa às críticas ao regime de 1964 e a justificação de qualquer governo castrense (ou, ao menos, o questionamento do princípio da supremacia do poder civil) são apenas duas faces de um mesmo discurso. A legitimidade da intervenção das forças armadas na vida política é expressada através da exaltação das realizações dos governos militares, contrapostas às incertezas do governo civil. De um lado, havia ordem e desenvolvimento; do outro, há bagunça, falta de rumos, ausência de autoridade:

*A arrancada para o desenvolvimento, patrocinada pelos governos militares, nela [década de 80] se esvaiu, diante das distorsões [sic] sociais que não soube conter. As lideranças civis que emergiram perderam-se no irrealismo, sem conquistar a confiança e o respeito da sociedade. Faltaram-lhe idéias, franqueza e sinceridade. Confundiram-*

3 Um eco desta postura se encontra no luxuoso conjunto de álbuns *O Exército na história do Brasil*. A intervenção política militar desde 1945 é tratada sob o título de "Vocação democrática do Exército"; o golpe de 1964, sempre chamado de "Revolução", é apresentado como uma reação em defesa dos "valores da sociedade brasileira" contra a "desordem reinante" e a "avassaladora marcha do comunismo" (VV.AA., 1998, v. 3: 166-249).

4 As ordens-do-dia dos ministros das três armas estão reproduzidas in *O Estado de S. Paulo*, 31/3/85, p. 10.

*se no exorcismo do que rotularam de “ditadura militar” e nas fantasias do assistencialismo social. Degladiaram-se na busca do poder e alargaram, por conveniência ou descuido, os limites do xenofobismo, do nepotismo, do clientelismo, do corporativismo e da corrupção, abrindo mão da credibilidade.*

*Dentro deste cenário, a sociedade brasileira foi convocada para, sob o ritual de uma democracia imatura, eleger um presidente capaz de satisfazer-lhe as aspirações – aspirações ambiciosas, que não poderão concretizar-se através de milagres isentos de penitências e sacrifícios, como lhe foi induzido a acreditar.*

*Praza Deus que o presidente eleito se conscientize a tempo desta realidade e, penitenciando-se das leviandades de palanque, seja capaz de motivar essa sociedade a aceitar os sacrifícios que se farão inevitáveis, para o encontro da Nação com seu destino de grandeza (“Editorial”, ADN nº 746, novembro/dezembro de 1989, pp. 5-6).*

O longo trecho traduz com admirável nitidez toda a desconfiança da doutrina da ESG em relação à democracia política, com sua aversão ao jogo eleitoral e sua insistência na “imaturidade” da democracia brasileira – que, sob outro ponto de vista, nada mais é do que a “imaturidade” do Brasil para a democracia. Reaparece aqui a mesma denúncia que se fazia contra os processos eleitorais durante a república populista: os candidatos, com suas “leviandades de palanque”, induzem o povo a acreditar em “milagres isentos de penitências e sacrifícios”. A aversão ao conflito político e ao pluralismo surge na menção às lideranças civis que “degladiaram-se na busca do poder”. Observe-se também a crença, tipicamente militar, no “destino de grandeza” do Brasil.

O mesmo discurso se faz presente em outro editorial da revista: “A prática democrática, tão desejada pela Nação, revelou-se eivada de todos os vícios do passado, comprometendo a racionalidade da transição política em andamento. A vontade nacional continuou sendo manipulada e impedida de se mostrar legítima, numa conjuntura carente de grandeza” (“Editorial”, ADN nº 741, janeiro/fevereiro de 1989, p. 5). Mais uma vez, a democracia se contrapõe à “racionalidade” e se prova inadequada à revelação da “vontade nacional legítima”. Tal vontade é, mais uma vez, dissociada da expressão da soberania popular proporcionada pelo pleito democrático; a nação surge novamente como uma entidade transcendente, com objetivos próprios.

Conforme afirmava o comandante da ESG, general Euclides Figueiredo (1985: 6), “tais objetivos devem situar-se além dos interesses e paixões partidárias”. Isto leva à restrição do leque de alternativas políticas consideradas legítimas. A noção de “autodefesa da democracia”, que o general Euclides expôs no mesmo relatório, passa pela exclusão de determinados grupos. O mesmo chefe militar observou, com tristeza, que “foi no primeiro ano do atual período governamental, que denomina [sic] Nova República, que o País caiu sob a influência das demagogias próprias do Socialismo” (Figueiredo, 1989: 178).

Uma leitura dos trabalhos de alunos e professores da ESG durante o governo Sarney permite avaliar em que extensão estas idéias permaneceram arraigadas na escola. Embora se percebam vozes discordantes, o tema da defesa do regime democrático contra os “conspiradores comunistas” (Montebelo, 1985: 22) está sempre presente. É o inimigo interno, patrocinado pelo inimigo externo, que continua como centro das preocupações, conforme demonstram inúmeros trabalhos apresentados à Escola entre 1985 e 1989. E a *Revista do Exército Brasileiro* (1986: 5), no editorial do número comemorativo aos 20 anos da retirada das tropas brasileiras da República Dominicana, descarta a missão tradicional de defesa externa ao referir-se à “ameaça da agressão ideológica marxista” como “a única que realmente existe nos dias de hoje”.

Como afirmava um dos estagiários da ESG, o comunismo internacional “não deixa nada ao acaso – tudo é planejado e não existem coincidências” (Lampert, 1986: 34-5). Desta forma, a própria intenção de redirecionar as forças armadas para suas atividades estritamente profissionais de defesa externa se tornava uma prova da existência do inimigo interno. Como um oficial do exército escreveu em *ADN*, já em 1991:

*Se o “fim da ditadura” coincide com o fim dos inimigos internos – como se procura veicular junto à opinião pública – então o inimigo da República, da sociedade, do povo e do regime seriam as Forças Armadas, que precisariam ser contidas, vigiadas e esvaziadas. Seria necessário afastá-las da Defesa Interna, pois não haveria inimigo que justificassem [sic] essa destinação. [...] A assimilação de palavras como “ditadura militar”, “redemocratização” e “repressão” ao vocabulário corrente, fruto da bem-sucedida divulgação dessas idéias junto à opinião pública, nos mostra o quão longe chegou a subversão (Maj Art Sérgio*

Paulo Muniz Costa, "Exército em crise?", ADN nº 751, janeiro/março de 1991, pp. 19-20).

A permanência da vida política como foco central de atenção dos militares pôde ser verificada também nos currículos da ESG. Em 1985, o Curso Superior de Guerra (CSG), o mais importante entre os oferecidos pela instituição, dedicou 168,5 de seus 325,5 "módulos" - ou seja, mais de 50% - à rubrica "Política", contra apenas 72 para o estudo do planejamento estratégico. No mesmo ano, o Curso de Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (Cemcfa), com 314 módulos, alocava 121 (quase 40%) deles para a "Conjuntura nacional" (rubrica que inclui também o estudo da "expressão militar do poder nacional"), mais 65 para assuntos relacionados à doutrina de ação política e 4 para a rubrica "Política". Os assuntos "Doutrina de guerra", "Doutrina militar brasileira" e "Planejamento militar", juntos, recebiam apenas 64 módulos (ESG, 1985). A transformação do CSG em Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia (Caepe) não alterou seu currículo.

A relação dos temas propostos aos estagiários para a redação de seus trabalhos conclusivos mostrava a preocupação com a expansão do comunismo na América Latina. Assim, só em 1986, se encontravam entre os temas "Ação de guerrilha nos países da região amazônica: apoio de Cuba e reflexos para o Brasil", "A influência cubano-soviética na Guiana e Suriname" (Cemcfa), "A estratégia soviética para a América Latina", "Possibilidade de irradiação da sovietação, caso a Bolívia venha a se tornar comunista, na América do Sul" (Caepe). A organização política do Brasil, a missão das forças armadas e questões relativas ao desenvolvimento nacional compunham a maior parte dos temas apresentados aos estagiários.

Dentro da velha ótica da guerra interna permanente, manifestações do conflito entre o capital e o trabalho continuavam a ser encaradas com preocupação. Em editorial, discutindo o direito de greve, ADN criticou os métodos das lideranças sindicais, marcados "pelo autoritarismo que se diz condenar, quando exercido pelos responsáveis em defender a lei e a ordem", para em seguida acusar as greves de serem um instrumento terrorista, fiéis às instruções de Marighella em seu *Minimanual da guerrilha urbana*: "O objetivo é tornar a vida insuportável para o povo, transformando a situação política em uma situação militar" ("O direito de greve", Editorial de ADN nº 743, maio/junho de 1989, p. 6). Inteligente, o argumento abria brecha para a justificação da intervenção das forças armadas nos

conflitos trabalhistas, fazendo recair nos próprios líderes sindicais a responsabilidade pela militarização do cenário político.

### **Modificações da doutrina**

Os números apontam a permanência, no discurso militar do período da distensão e da “Nova República”, das temáticas e preocupações próprias da doutrina da Escola Superior de Guerra. O “conflito global”, a “agressão interna”, a associação “segurança e desenvolvimento”, o anticomunismo e a recusa da existência de conflitos de interesse no interior da sociedade continuaram marcando o pensamento dos militares brasileiros.

A doutrina da ESG, é certo, sofreu determinadas modificações no período. Stepan (1987: 61) mostra como ela incorporou em seu vocabulário “quatro conceitos-chaves da abertura – oposição, participação, partidos extragovernamentais e eleições”. No entanto, ele mesmo admite que tais conceitos foram neutralizados através de processos de “ressemantização”; ou seja, a incorporação do conceito ao discurso modificava mais o conceito do que o discurso. Por exemplo, o conceito “oposição” era anulado por sua contraposição à “contestação”, considerada ilegítima e sujeita a medidas repressivas. Ficava implicitamente delegado ao Estado o poder de encaixar as situações concretas em uma ou outra categoria (Stepan, 1987: 62).

Desta forma, apesar das pequenas mudanças por ela sofridas, a ideologia da ESG continuou essencialmente a mesma. No entanto, seus pressupostos se tornaram cada vez mais distanciados da realidade. Mais ainda: a clivagem entre representação (discurso) e prática que, como assinala Lefort (1990: 62), é constitutiva da ideologia, tornou-se cada vez maior. A prática dos militares e sua doutrina entraram em contradição aberta.

Por isso se pode falar, apesar de tudo, de crise da doutrina da ESG como discurso hegemônico nas forças armadas no governo Sarney. Uma vez que se busca demonstrar, agora, a *crise* de uma *ideologia*, convém de início definir brevemente estes dois conceitos.

Para o entendimento de senso comum, a idéia de “crise” está ligada à de “ruptura de equilíbrio”. Assim, à crise econômica se contrapõe a estabilidade da economia, uma crise nervosa é uma ruptura do equilíbrio psiconervoso e a crise nos Balcãs foi causada pela ruptura do ordenamento (e, portanto, do equilíbrio) regional. Para Habermas (1986: 16-7), ao contrário, a noção de “crise” está associada principalmente a uma “incapacidade de resposta”. Segundo ele “as

crises surgem quando a estrutura de um sistema de sociedade admite menos possibilidades de resolver problemas que as requeridas para sua conservação. Neste sentido, as crises são perturbações que atacam a *integração sistêmica*'.

Mas o conceito de crise também envolve uma dimensão subjetiva: "Somente quando os membros da sociedade *experimentam* as mudanças de estrutura como críticas para o patrimônio sistêmico e sentem ameaçada sua identidade social, podemos falar de crise" (Habermas, 1986: 18). A crise, portanto, é tanto uma incapacidade "objetiva" de resposta por parte do sistema quanto a percepção "subjetiva", por seus integrantes, de uma ameaça.

"Ideologia", por sua vez, é um conceito bipartido. Designa tanto um "conjunto de idéias" quanto a "falsa consciência" – o que Bobbio chama, respectivamente, "significado fraco" e "significado forte" do termo (apud Stoppino, 1986: 585). De acordo com o primeiro, um conjunto de idéias se instaura em ideologia quando adquire determinadas características de rigidez. Entre outras, uma formulação explícita, alto grau de integração, resistência às inovações e a exigência de um consentimento completo dos aderentes.

No significado forte, a ideologia estabelece uma tripla relação com a realidade. É, mais superficialmente, um véu de encobrimento das relações sociais que "tem como função impedir a tematização dos fundamentos do poder" (Rouanet e Freitag, 1980: 15). Mas ela não é apenas "falsa consciência"; é também um produto e uma reprodutora das mesmas relações sociais que procura encobrir. Trata-se de um produto, segundo a célebre definição de Marx e Engels (1987: 36-7), porque:

*Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.*

E é reprodutora na medida em que naturaliza as relações instauradas pelas estruturas da sociedade. A mais ampla formulação desta terceira característica da ideologia está na fórmula de Althusser (1976), que a vê como constituidora dos indivíduos concretos em "sujeitos".

Não me parece que os significados “forte” e “fraco” da ideologia sejam incompatíveis. Pelo contrário, julgo possível, e até oportuno, trabalhar o conceito de ideologia unindo ambas as facetas. Encobrimento da realidade, a ideologia se expressa num discurso ideológico que busca estabelecer em seu interior – como diz Foucault (1988: 7) – “efeitos de verdade”. Não interessam aqui as ressalvas de Foucault à noção de ideologia, e sim entender que são esses efeitos de verdade que determinam a eficácia do discurso. São eles que proporcionam os resultados desejados – o coescionamento e a mobilização do grupo que serve de alvo. Por isso, a ideologia é de fato um véu ou uma máscara, mas é também um conjunto de idéias que se propõe coerente, um “sistema de idéias”.

Parece claro, agora, que uma formação ideológica entrará em crise quando não for mais capaz, ou tiver questionada sua capacidade, de criar tais efeitos de verdade no interior de seu discurso. Ou seja: quando o repertório próprio do “sistema de idéias” não consegue apresentar respostas válidas para as novas questões que surgem, prejudicando o desempenho da função-véu que lhe é própria, tornam-se necessários ajustes no sistema.

A partir daí, é possível formular uma hipótese geral relativa à reação das formações ideológicas a situações de crise. Uma formação ideológica fortemente institucionalizada, com processos de formulação/enunciação muito rígidos, dirigida a um público alvo relativamente cativo, poderá evitar por mais tempo a irrupção dos sintomas da crise. Em contrapartida, encontrará menos recursos para promover os ajustes necessários à superação da crise do que outra formação menos rígida.

## **O conflito Leste-Oeste**

O exemplo mais claro da contradição entre o discurso (doutrina da ESG) e a prática política das forças armadas está na política externa dos governos militares. Como se viu, a idéia do conflito Leste-Oeste, uma guerra “total, permanente, global, apocalíptica” (Silva, 1981: 19), é essencial para a doutrina. Ela implica um alinhamento completo do Brasil com o ocidente – o que, aliás, estaria determinado pela própria geografia. De fato, o alinhamento automático com os EUA foi respeitado nos primeiros anos do regime militar.

Em 1965, com Castelo Branco no poder, o Brasil enviaria remédios para o Vietnã do Sul, como forma de apoiar o esforço de guerra (Dulles, 1983: 112), e contribuiria com tropas para a derrubada

do governo liberal reformista de Juan Bosch, da República Dominicana. O Brasil também seria um dos únicos países a apoiar, na conferência da OEA realizada neste mesmo ano no Rio de Janeiro, a tese estadunidense da criação de uma força armada interamericana permanente. Na realidade, isso significava a submissão dos exércitos nacionais ao comando dos Estados Unidos. Nada demais, visto que a lealdade, mais do que com o país, era com o ocidente. O general Golbery (1981: 74) já previra, em seus escritos, a “auto-limitação da soberania” nacional.

No entanto, era esperada uma resposta ao alinhamento automático: o fim da política “bifronte e acomodatória” dos EUA em relação ao Brasil e à Argentina. Washington deveria reconhecer a fidelidade e a importância do Brasil para o ocidente. Em suma, deveria dar ao país uma posição de potência subcontinental. Esta resposta não veio e a desilusão em relação à ajuda dos Estados Unidos abriu caminho para uma política externa dita “independente”, já sob Costa e Silva e Médici.<sup>5</sup>

A virada do Brasil no campo internacional se tornou ainda mais evidente no governo do general Geisel. É quando os militares no poder reatam relações diplomáticas com a China continental, assinam – contra a pressão norte-americana – o tratado nuclear com a Alemanha e se alinham aos países árabes na condenação do sionismo.

Dois momentos importantes dessa nova visão das relações internacionais são o reconhecimento do governo de Angola (marco da nova “política africana”) e o rompimento do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em vigor desde os anos 50. O acordo possibilitava ao Brasil desfrutar da assistência militar estadunidense, mas também dava ao parceiro mais poderoso o poder de decisão em questões tão importantes quanto a aquisição de equipamento bélico. A denúncia unilateral do acordo ilustra de maneira exemplar a mudança de posição de um regime que, apenas doze anos antes, entusiasmava-se ante a possibilidade de estender a cooperação no campo militar até a formação de uma força armada multinacional. Agora, porém, o acordo passava a ser visto como um entrave à modernização das forças armadas brasileiras e ao desenvolvimento da indústria bélica nacional (Kramer, 1986: 45).<sup>6</sup> Observe-se que o Brasil havia sido o país latino-

---

5 Ianni (1973: 82) aponta o estímulo dos Estados Unidos à idéia do “aliado preferencial” como uma forma de acirrar os antagonismos entre os países latino-americanos.

6 Os acordos firmados com os EUA de fato condicionavam o desenvolvimento das forças armadas brasileiras aos interesses da potência hegemônica (Sodré, 1979: 323-4 e 396-7).

americano mais beneficiado pela ajuda militar estadunidense, tendo recebido US\$ 625 milhões entre 1946 e 1975 – quase duas vezes e meia o total destinado à Argentina (Carranza, 1978).<sup>7</sup>

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a reconhecer o governo do MPLA em Angola – uma força “marxista” e, portanto, por definição inimiga do Ocidente. *Essa decisão foi apoiada inclusive pelo ministro do Exército Sylvio Frota, que então encarnava a “linha dura” militar* (Stumpf e Pereira F<sup>o</sup>, 1979: 83). Mais do que isso, o Brasil forneceu auxílio material ao recém-formado governo de Agostinho Neto, enviando alimentos à Luanda sitiada por tropas sul-africanas. Trata-se de uma atitude incompreensível à luz da doutrina da ESG. Na verdade, o “pragmatismo responsável” da diplomacia brasileira fazia com que o conflito Norte-Sul se infiltrasse num mundo em que, até então, só havia lugar para o confronto Leste-Oeste. Embora os laços ocidentais não tenham sido rompidos, a defesa do interesse nacional passou a preponderar sobre a lealdade a Washington. As relações internacionais ganharam uma complexidade que a grosseira dicotomia ocidente/comunismo não permitia.

É difícil perceber essa complexidade no discurso militar, na doutrina da ESG. O que se perde, de fato, é a fé nos Estados Unidos. A preponderância do confronto Leste-Oeste (leia-se combate ao comunismo internacional) permanece inquestionada; o conflito entre países ricos e pobres, quando se infiltra, fica numa posição nitidamente subordinada. Os conceitos necessários à compreensão da abertura interna e da nova política externa precisam ser *incorporados* à doutrina porque não *nascem* dela. Isso não quer dizer, como pretendem alguns autores, que, a partir da abertura, a ESG e sua doutrina tenham perdido a importância (Miyamoto e Gonçalves, 1991; Miyamoto, 1987). A escola perdeu a iniciativa mas, como anotou Stepan (1987: 58), permaneceu como “a fonte autorizada da ideologia militar para os militares enquanto instituição”, ponto chave na socialização militar.

Assim, enquanto o governo militar brasileiro reconhecia Angola e Moçambique e se aliava aos países africanos na condenação ao *apartheid*, o discurso das forças armadas insistia no perigo do expansionismo soviético na África.<sup>8</sup> Em artigo de 1986, uma assídua colaboradora civil de *A Defesa Nacional* exprimiu com clareza a posição (que aparece combinada com a mais típica rejeição da democracia):

7 Uma visão discordante, muito difundida, minimiza a importância do acordo (Tollefson, 1991: 3).

8 Pelo menos seis artigos publicados em ADN entre 1978 e 1980 privilegiaram este enfoque.

*Enquanto, no contexto geoestratégico, os que simpatizam ou procuram estimular o bloco comandado pelo Kremlin, do lado de lá [na África] se arvoram contra a bandeira do apartheidismo [sic], no defrontante Cone Sul, do qual faz parte o Brasil, se abrigam no combate ao militarismo; enquanto do lado de lá o alvo principal vem sendo a República da África do Sul, do lado de cá a mira está voltada para o Paraguai e o Chile, infensos a processos de "aberturas" (Therezinha de Castro, "O 'imbroglio' sul-africano", ADN nº 726, julho/agosto de 1986).*

A distensão internacional e o esfacelamento do bloco soviético não foram suficientes para eliminar uma visão de mundo baseada na luta entre o Bem e o Mal – sendo o Mal uma espécie de polvo com cabeça em Moscou e tentáculos por todo o globo. Tentáculos que incluem até a pacata Internacional Socialista, com sua propaganda "mais insidiosa" (Maj Cav Luiz Carlos Poll, "Sinopse dos movimentos revolucionários no continente americano", ADN nº 742, março/abril de 1989). A abertura promovida por Gorbatchov – que culminou no fim da própria URSS – era enquadrada, dentro da antiga lógica, como mais uma manobra diversionista: "Hoje, em sã consciência, quem pode garantir que a 'perestroika', cantada em prosa e verso no Ocidente, não será, em termos de uma estratégia a longo prazo, uma gigantesca e bem montada operação de desinformação?" (Osmar José de Barros Ribeiro, "Desinformação", ADN nº 745, janeiro/fevereiro de 1989, p. 124).

Também a guerra das Malvinas foi vista predominantemente sob o ângulo do confronto entre ocidente e comunismo, já que "o apoio proporcionado pela URSS à Argentina parece ter aumentado a influência soviética na América do Sul, beneficiando assim a expansão do movimento comunista internacional neste continente" (Cel QEMA Luiz Paulo Macedo de Carvalho, "O conflito das Falklands e seus reflexos", ADN nº 709, setembro/outubro de 1983, p. 9). A mesma preocupação transparecia em trabalhos dos estagiários da ESG (Ferrari, 1985; Sampaio, 1985).

A onipresença do conflito Leste-Oeste era essencial para a montagem de toda a ideologia da ESG. Sem ela, perdia sentido a idéia de fronteiras internas; sem as fronteiras internas, que transformavam em guerra os conflitos civis, a intervenção das forças armadas na vida política careceria de legitimação (Fiorin, 1988: 45).

## O inimigo interno

Tanto quanto a nova dimensão das relações exteriores, a abertura democrática surgiu, para a doutrina da ESG, mais como um desafio do que como um desdobramento de seus pressupostos. Já foram apontados os mecanismos de incorporação e “ressemanticização” de conceitos ligados à distensão política. Através deles, a aceitação da existência de oposição ou de partidos extra-governamentais não implica eliminar a noção de inimigo interno.

Um dos motivos freqüentemente alinhados para explicar a retirada dos militares do poder, no Brasil e em outras ditaduras, é a eliminação da ameaça “subversiva”, isto é, a derrota do inimigo interno:

*O controle contínuo da vida social [...] exaure o número de inimigos verossímeis, induzindo a fragmentação da coalizão autoritária em cliques repressoras competitivas. A inexistência de inimigos verossímeis e a fragmentação do sistema em cliques repressoras competitivas leva o autoritarismo à impotência pela inexistência de uma função social de repressão, e esta é condição necessária para a emergência da possibilidade de uma saída negociada do período autoritário (Santos, 1988: 141).<sup>9</sup>*

Caso se dê por aceito que a percepção de uma ameaça ao sistema (real ou presumida) é um motivo fundamental para a intervenção militar, então não cabem dúvidas de que a supressão desta ameaça proporciona a possibilidade de afastamento dos militares do poder. Mas essa conclusão – que é correta – não permite a extrapolação levada a cabo por Barros (1986: 32) ao dizer que “a doutrina da segurança nacional [...] parece estar claramente exaurida, na medida em que todos os grupos políticos se estão mantendo dentro de limites”. Trata-se exatamente do contrário: a doutrina da ESG concede à corporação a prerrogativa de traçar os “limites” que devem ser observados pelas forças políticas, mantendo-a pronta para intervir quando necessário.

Esta posição surge em declarações de chefes militares como o general João Figueiredo (1978: 98), então candidato à presidência da República: “O jogo está começando e, depois que eu assumir, se for eleito, serei o dono da bola. Se os políticos jogarem bem, ótimo.

---

<sup>9</sup> Para argumento análogo, ver Santos, 1982:160; Mainwaring e Share, 1986: 216; Stepan, 1983:6.

Mas se jogarem mal, colocarei a bola embaixo do braço e sairei de campo. Terá acabado a brincadeira”. O papel de juiz, ou dono da bola, que os militares se auto-atribuíam, era o mais nocivo para a democracia. A manutenção dos grupos políticos dentro de seus “limites” não refreia o *ethos* intervencionista das forças armadas. Ao contrário, alimenta-o, pelo temor e pela convivência.

Sentindo-se vitoriosas no combate ao inimigo interno, as forças armadas não têm porque rever toda a estrutura doutrinária que as leva a criar a própria categoria “inimigo interno”. Nesse sentido o governo civil, com seu pluralismo limitado e sua democracia tímida e controlada, pôde ser encarado como uma continuação do regime militar - foram as atividades saneadoras deste último que abriram caminho para a estabilidade institucional do primeiro. Como afirmou o ministro Leônidas Pires Gonçalves, na primeira comemoração do golpe de 1964 sob a “Nova República”: “O momento atual há de ser reconhecido como fruto e consequência do 31 de março. [...] A partir de 85, o ideário de 64 se eterniza na democracia que buscava” (apud Oliveira, 1987: 54).

## **A educação militar**

Vinte e um anos de regime militar representaram um duro teste para a ideologia da ESG. Como se viu acima, cada vez mais evidências se avolumaram contra seus pressupostos. Mesmo assim, ela permanece dominante no discurso militar. É necessário lembrar aqui, com Bourdieu (1989: 183), o fato de “a força de um discurso depender menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce”. Mas, ao mesmo tempo, ele deve “uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade” (Bourdieu: 1989, 185). Durante o mandato de Sarney, a doutrina da ESG permaneceu capaz de criar, dentro da caserna, efeitos de verdade que não seriam reconhecidos enquanto tais nos meios civis.

As razões para isso devem ser buscadas na especificidade da educação e da socialização dos oficiais militares. O principal é o isolamento entre as forças armadas e o mundo civil, isto é, os mecanismos que impedem o contágio externo (Coelho, 1976: 161). Um dado ilustrativo diz respeito ao auto-recrutamento militar. Mesmo que se considere normal que os filhos tendam a seguir a profissão dos pais, o número de filhos de militares entre os cadetes da Academia

Militar de Agulhas Negras – única porta de entrada para o oficialato no exército – é impressionante. Em 1941-1943, eles representavam 21,2% do total de alunos da Aman; em 1962-1966, esse índice já havia pulado para 34,8%. Não há indícios de que este quadro tenha sido revertido.<sup>10</sup>

Mas a educação militar começa antes. A partir da metade do século, a esmagadora maioria dos cadetes da Aman fez o primeiro e/ou o segundo graus em instituições escolares militares. Em 1939, 61,6% dos cadetes eram originários de colégios civis. No período 1962-1966, esse percentual já baixara para 7,6%. O quadro permaneceu inalterado nas décadas seguintes: entre 1976 e 1985, só 8,7% dos cadetes ingressaram na Aman pela via do concurso de admissão (ou seja, vieram de colégios civis). E no início dos anos 90, alegando “dificuldades de adaptação” dos alunos vindos de escolas civis, a academia eliminou o concurso de admissão, tornando obrigatória a passagem prévia pela Escola Preparatória de Cadetes, em Campinas.<sup>11</sup> Dados de 1966 indicam que cerca de 90% dos oficiais militares então na ativa haviam ingressado no colégio militar com mais ou menos 12 anos de idade (Stepan, 1975: 34).

A formação do militar é feita à distância do mundo civil – ou mesmo *contra* o mundo civil. Um ambiente sob medida para que o discurso ideológico se reproduza sem contaminações. O insulamento da corporação militar – aceito como natural e até desejável tanto pela sociedade civil quanto pelas forças armadas – impediu um salutar arejamento da mentalidade dos oficiais e propiciou uma sobrevida à ideologia da ESG. Mas, é claro, nenhum isolamento é absoluto.

### **Vozes discordantes**

Para evitar a eclosão da crise, a ideologia da ESG não procurava adaptar seu repertório aos questionamentos que estavam surgindo. Ao contrário, ela isolava o ambiente para evitar, na medida do possível, o surgimento desses questionamentos. Como visto, isto permitiu a manutenção, nas forças armadas, de um discurso essencialmente idêntico ao dos anos 60. No entanto, por mais que a forma específica de socialização dos oficiais militares os afastasse do mundo civil, não há isolamento perfeito. Apareceram fissuras no

---

10 Dados estatísticos sobre os cadetes da Aman: profissão dos pais, Stepan, 1975: 28; origem escolar entre 1939 e 1966, id., p. 34; origem escolar entre 1976 e 1985, Castro, 1990: 20.

11 Aida Veiga e Marcia Carmo, *Veja*, 14/11/90, p. 20.

discurso militar: vozes discordantes que questionavam a visão bipolar do mundo, recusavam o papel de defesa contra o inimigo interno ou pregavam um regime genuinamente democrático.

Já em 1970, o então tenente-coronel Jonas Correia Neto defendia a volta dos militares aos quartéis. Utilizando-se inclusive do célebre estudo de Morris Janowitz, ele critica o “desvio de militares para tarefas civis” (“Espírito militar”, *ADN* nº 629, janeiro/fevereiro de 1970, p. 62). Não há, porém, vinculação necessária entre esta postura e uma convicção democrática: o autor faz questão de, em nota de pé de página, elogiar o AI-5, “oportuno e regenerador”.

Catorze anos depois, no ocaso da ditadura militar, um oficial da reserva rejeitaria contundentemente as soluções autoritárias, apelando para uma democrática tolerância em relação às divergências:

No regime democrático, nunca reina a calma ordeira dos regimes de força.

*Uma falsa alternativa são as medidas violentas, revolucionárias, que vão introduzir ordenamentos ainda mais imperfeitos, revestidos de dogmatismo triunfante, vale dizer, uma ordem aparente e imposta com uma eficácia ilusória e uma corrupção alarmante. O comportamento político não pode ser aperfeiçoado à força (Maj Brig RR Luiz Carlos Aliandro, “Segurança nacional e sociedade solidária”, *ADN* nº 713, maio/junho de 1984, p. 40).*

O mesmo militar, no início da “Nova República”, defenderia a manutenção das forças armadas dentro dos limites de sua função estritamente profissional – a defesa externa (“Democracia na defesa da pátria”, *ADN* nº 720, julho/agosto de 1985).

A formulação mais clara partiu do almirante da reserva Armando Ferreira Vidigal (1990: 265), durante um seminário latino-americano. Falando em “crise existencial” das forças armadas do continente, devida ao esgotamento das concepções de segurança nacional, o almirante pregava que “nossos problemas não devem ser abordados a partir da ótica do conflito Leste-Oeste, mas do ponto de vista baseado em nossos problemas e dificuldades. Portanto, a participação de nossos Estados, numa guerra não regional, mas global, não faria muito sentido”.

Embora menos diretamente, alguns outros artigos apontaram para a necessidade de revalorização da missão tradicional das forças armadas. Assim, um brigadeiro manifestava-se por mudanças nas

experiências simuladas da aeronáutica que, voltadas para o “inimigo interno”, partiam sempre “da (confortável, mas inexistente) premissa de que a superioridade aérea já está assegurada pela Força Aérea” (Brig Ar Lauro Ney Menezes, “O apoio aéreo aproximado”, *ADN* nº 683, maio/junho de 1979, p. 36).

Outros contestavam a validade do conflito Leste-Oeste, ou ao menos indicavam sua convivência com outro eixo de divergências, o conflito Norte-Sul. A guerra das Malvinas parece ter, de fato, inspirado algumas destas reflexões, que apontavam a necessidade de não confiar demasiado nos parceiros ocidentais:

*Vivem eles [os que não se deram conta da nova realidade] confiando na amizade dos mais poderosos, e muitas vezes de forma submissa, acreditando na preponderância de uma bipolarização ideológica, quando o que nos atinge [sic], mais de perto, são os efeitos da crescente dicotomia Norte-Sul. Não percebem que, se esta não for contida, poderemos tornar-nos mais frágeis diante da constante ameaça comunista (Ten Cel Inf QEMA George Banharo da Silva, “Crise no mundo ocidental”, *ADN* nº 705, janeiro/fevereiro de 1983, pp. 38-9).<sup>12</sup>*

Mesmo aqui, a luta contra o comunismo surgia como o fim último; apenas era necessário mudar de estratégia para combatê-lo melhor, dando prioridade para o conflito entre os países ricos e pobres.

Já no governo Collor, a repercussão do artigo do coronel da reserva Péricles da Cunha – defendendo o redirecionamento das funções das forças armadas para o combate à miséria no país – mostrou que havia um debate reprimido no interior da corporação. Mas durante toda a “Nova República”, as vozes discordantes em relação à ideologia da ESG foram apenas isso: vozes discordantes. Foram poucas, tímidas e não chegaram sequer a configurar uma tendência. Em geral, romperam apenas com um aspecto específico da doutrina, permanecendo fiéis ao restante.

Elas mostraram, porém, que a ideologia da ESG estava deixando de fornecer certas respostas. Elas mesmas colocaram para a ideologia novas perguntas. Foram as provas de que o discurso militar baseado na doutrina da ESG não conseguia provocar mais determinados efeitos de verdade; que esta incapacidade de resposta já alcançava sua dimensão subjetiva e se configurara, de fato, em crise.

<sup>12</sup> A guerra das Malvinas, que evidentemente inspirou o artigo, não é referida explicitamente.

## Conclusões

Durante o governo Sarney, a doutrina da Escola Superior de Guerra permaneceu como a matriz principal da socialização militar e obstaculizou a instauração do controle civil ao legitimar a participação das forças armadas na política interna. O conceito de inimigo interno, em especial, que equipara a discordância ideológica à agressão externa e nega a possibilidade do conflito político, é inconciliável com uma prática democrática. Outras facetas da doutrina da ESG, como a fantasia geopolítica de que existe um “destino” para o Brasil, destino esse independente da vontade de seu povo, ou a idéia de que apenas mecanismos autoritários são eficazes para a promoção do desenvolvimento nacional, também são perniciosas.

Uma análise do discurso militar mostrou que idéias e conceitos da doutrina da ESG permaneceram dominantes nas forças armadas da chamada “Nova República”. A forte presença militar na vida política do período, marcante sobretudo durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte (Miguel, 1992: 204-48), só foi possível graças à continuidade de tal discurso, que legitimava internamente a intervenção nas questões do poder civil.

Ao mesmo tempo, porém, o *corpus* doutrinário foi colocado em xeque pelas transformações em curso nas relações mundiais de poder, pela evolução recente do quadro político brasileiro e pelo próprio fracasso do longo experimento de poder militar no Brasil. Setores minoritários da corporação questionaram as verdades estabelecidas pela doutrina hegemônica e se abriram à discussão. Foram oficiais da reserva e da ativa que voltaram a valorizar a missão estrita das forças armadas, de defesa contra a agressão externa.

Trata-se de uma discussão complexa. Um país com as carências do Brasil pode se dar ao luxo de manter dezenas de milhares de homens na “ociosidade”, à espera de batalhas que, imagina-se, nunca ocorrerão? Por outro lado, diante de uma história secular de práticas autoritárias, seria conveniente envolver as forças armadas no combate às deficiências estruturais do país? Esta discussão pouco avançou na “Nova República” – os militares permaneceram presos à doutrina da ESG, mesmo com suas insuficiências cada vez mais marcantes, e os civis voltaram ao velho padrão histórico de ignorar as questões relativas à defesa e à organização castrense (Coelho, 1985). Com isso, o governo civil de transição deixou em suspenso uma das tarefas necessárias à consolidação da democracia, a construção e a socialização interna de uma missão profissional das

forças armadas, compatível com a soberania popular (que exige o controle dos governantes civis sobre os militares) e com as necessidades nacionais.

## Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis (1976) - "Idéologie et appareils idéologiques d'État", em *Positions*. Paris: Éditions Sociales.
- BARROS, Alexandre (1986) - "O futuro das relações Brasil-EUA", in *Política e Estratégia* v. IV(1), pp. 29-43.
- (1988) - "Problemas da transição democrática na frente militar", in *Política e Estratégia* v. VI(2), pp. 206-14.
- BARROS, Alexandre e Paulo Kramer (1988) - "Os militares e a 'abertura' no Brasil", em Fleischer, David V. (org.) - *Da distensão à abertura*. Brasília: Editora UnB.
- BOURDIEU, Pierre (1989) - *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- BRIGAGÃO, Clovis (1985) - *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CARRANZA, Mario Esteban (1978) - *Fuerzas armadas y Estado de excepción en América Latina*. México: Siglo XXI.
- CARVALHO, José Murilo de (1987) - "Militares e civis: um debate além da Constituinte". *Cadernos de Conjuntura* nº 10.
- CASTRO, Celso (1990) - *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- COELHO, Edmundo Campos (1976) - *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- (1985) - "A Constituinte e o papel das forças armadas", in *Política e Estratégia* v. III(3), pp. 367-78.
- DAGNINO, Renato P. (1989) - *A indústria de armamentos brasileira: uma tentativa de avaliação* (tese de Doutorado). Campinas: Instituto de Economia, Universidade de Campinas.
- DULLES, John W. F. (1983) - *Castello Branco: o presidente reformador*. Trad. de Heitor A. Herrera. Brasília: Editora UnB.
- ESCOLA Superior de Guerra (1989) - "Currículos dos cursos" (doc. SG 000167937). Rio de Janeiro: ESG.
- FERRARI, Gen Bda Geise (1985) - "Implicações do conflito Malvinas/ Falklands no sistema interamericano" (doc. SG 000166310). Rio de Janeiro: ESG.

- FERREIRA, Oliveiros S. (1988) - *Forças armadas, para quê?*. S. Paulo: GRD.
- FIGUEIREDO, Gen Ex Euclides de Oliveira (1985) - "Relatório de comando" (doc. SG 000168054). Rio de Janeiro: ESG.
- (1989) - "Missão cumprida". *Revista da Escola Superior de Guerra* v. V(1).
- FIGUEIREDO, general João Baptista de Oliveira (1978) - *O livro dos pensamentos do general Figueiredo*. Edição de texto de Carlos Wagner Morais. S. Paulo: Alfa-Ômega.
- FINER, Samuel (1988) - *The man on horseback*. Boulder: Westview; London: Pinter.
- FIORIN, José Luiz (1988) - *O regime de 1964*. S. Paulo: Atual.
- FOUCAULT, Michel (1988) - *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- GÓES, Walder de (1986) - "Os militares e a transição política", in *Ciências Sociais Hoje*, pp. 240-57.
- HABERMAS, Jürgen (1986) - *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Buenos Aires: Amorrortu.
- HOROWITZ, Irving L. (1984) - "Militarismo e relações civis militares na América Latina", in *Política e Estratégia* v. II(3), pp. 373-92.
- IANNI, Octávio - (1973) "Diplomacia e imperialismo na América Latina". *Cadernos Cebrap* nº 12.
- KRAMER, Paulo (1986) - "As relações militares Brasil-Estados Unidos", in *Política e Estratégia* v. IV(1), pp. 44-53.
- LAMPERT, Cel Av Luiz Carlos Palma (1986) - "Reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Implicações para o país, particularmente para as forças armadas" (doc. SG 000193903). Rio de Janeiro: ESG.
- LEFORT, Claude (1990) - *As formas da história*. S. Paulo: Brasiliense.
- MAINWARING, Scott e Donald Share (1986) - "Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha", in *Dados* nº 29(2). Rio de Janeiro, pp. 207-36.
- MARX, Karl e Friedrich Engels (1987) - *A ideologia alemã (I - Feuerbach)*. S. Paulo: Hucitec.
- MIGUEL, Luis Felipe (1992) - *À sombra dos generais: militares e civis na "Nova República"*. Dissertação de mestrado. Brasília: Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília.
- (1999) - "A formação da ideologia da Escola Superior de Guerra", in *Archè Interdisciplinar* nº 22, pp. 177-96.
- MIYAMOTO, Shiguenoli (1987) - "Escola Superior de Guerra: mito e realidade", in *Política e Estratégia* v. V(1), pp. 32-46.

- MIYAMOTO, Shiguenoli e Williams da Silva Gonçalves (1991) - "Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64". *Primeira Versão* nº 36.
- MONTEBELO, Cid Vianna (1985) - "O desenvolvimento, a segurança nacional e o planejamento da ação política na nova Constituição" (doc. SG 000166663). Rio de Janeiro: ESG.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (1987) - "O aparelho militar: papel tutelar na Nova República", em Moraes, João Quartim de et al. - *A tutela militar*. S. Paulo: Vértice.
- REVISTA do Exército Brasileiro (1986) - "Editorial". *Revista do Exército Brasileiro* v. 123(4).
- ROUANET, Sergio Paulo e Barbara Freitag (1980) - "Introdução" a Habermas, Jürgen - *Habermas: sociologia*. S. Paulo: Ática.
- SAMPAIO, CMG Fernando Augusto Marinho (1985) - "Implicações do conflito Malvinas/Falklands no sistema interamericano" (doc. SG 000166329). Rio de Janeiro: ESG.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1982) - "Autoritarismo e após: convergências e divergências entre Brasil e Chile", in *Dados* v. 25(2), pp. 151-63.
- (1988) - *Paradoxos do liberalismo*. S. Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- SILVA, general Golbery do Couto e (1981) - *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1979) - *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- STEPAN, Alfred (1975) - *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.
- (1980) - *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1983) - "O que estão pensando os militares", in *Novos Estudos Cebrap* v. 2(2), pp. 2-7.
- (1987) - *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- STOPPINO, Mario (1986) - "Ideologia", in Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (orgs.) - *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB.
- STUMPF, André Gustavo e Merval Pereira Fº (1979) - *A segunda guerra: a sucessão de Geisel*. S. Paulo: Brasiliense.
- TOLLEFSON, Scott D. (1991) - *Critical issues in U.S.-Brazilian security relations*. Trabalho apresentado no XVI Congresso

- Internacional da Latin American Studies Association, Crystal City.
- VIDIGAL, Alm (R) Armando Ferreira (1990) - "Papel de las fuerzas armadas en la democracia", em Insulza, José Miguel e Juan Somavía (orgs.) - *Seguridad democrática regional: una concepción alternativa*. Caracas: Nueva Sociedad.
- VV.AA. (1998) - *O Exército na história do Brasil*, 4 v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Salvador: Odebrecht.